



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 6/2009**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO  
DE 2009: -----**

----- Aos catorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Luís Filipe Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe de Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Drª Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----**

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou a falta do senhor deputado Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos e do sr deputado Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

----- O sr. Presidente da Mesa colocou à aprovação do plenário as duas actas das sessões anteriores realizadas, em 30 de Abril de 2009 e a de 29 de Junho de 2009. O Sr. Eng. Coquim usou da palavra, ressaltando que a acta de 30 de Abril de 2009 foi elaborada, uma parte com base nas gravações e outra com base nos apontamentos. Diz ter lido a acta e que pessoalmente não encontrou inconformidades relevantes, contudo colocou à consideração dos restantes deputados, e caso estes tivessem detectado falhas, far-se-ia uma adenda à acta. -----

-----Colocadas as actas à votação foram as mesmas aprovadas, sendo que a que se reporta à sessão de 29 de Junho foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores deputados Engº. Virgílio Cravo Roxo e Carlos Alberto Milheirão, por terem faltado à sessão. -----

-----Relativamente à acta de 30 de Abril, o sr. deputado Dr. Juan António chamou a atenção para a omissão de uma intervenção do sr. deputado Luis Filipe Barreto, relativa a um comunicado do PS, a qual não se encontrava exarada no respectivo texto.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ainda, da ausência justificada do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente, estando presentes para representar o Executivo os Vereadores Dr. Miguel Grego e a Dr.<sup>a</sup> Sandra Pereira.-----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Usou da palavra, em primeiro lugar, o sr Gabriel Pinho, dirigindo-se ao sr. Vereador Dr. Miguel Grego, para que este pedisse aos homens do lixo para passarem pela associação dos Carapelhos com mais regularidade, e que lá colocassem mais contentores para o lixo. Em segundo lugar, questionou o executivo quanto à situação da Zona Industrial Pólo II e quanto à Zona de habitação controlada da Videira Norte, considerando que tudo se mantinha na mesma, que o espaço físico só estava a ganhar acácias e que, na Zona Industrial só lá estava uma empresa espanhola. O sr deputado Gabriel Pinho questionou ainda, quem tinha pago o autocarro panorâmico e quanto é que este tinha custado à autarquia. -----

-----Seguiu-se a intervenção do sr. Deputado Dr. Paulo Grego que começou por se pronunciar quanto ao termo de mais uma época de fogos, onde considerou que, e felizmente, mais uma vez em Mira se provou que a planificação e a prevenção são o melhor remédio. Disse, parecer-lhe, que a área ardida seria idêntica à dos últimos anos ou pelo menos não muito maior, e à semelhança do que fez em outros anos gostaria de deixar um louvor a toda a planificação efectuada pela protecção civil encaixando as quatro entidades, Bombeiros, Sapadores Florestais o Exército e o próprio voluntariado. Deixou também uma nota para os serviços da Câmara Municipal de Mira, fruto do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho pioneiro que tem realizado, tendo sido estes contemplados para entrar no regime experimental do programa “Sinergic”, que está relacionado com o regime cadastral. Por último, fez um breve apanhado acerca de como decorreram as reuniões de Assembleia Municipal e deixou uma palavra também ao sr Presidente da Assembleia Municipal pela forma superior como soube dirigir as sessões.-----

----Usou da palavra o sr. Deputado Dr. Juan António, começando por proferir umas palavras acerca do desenrolar das Assembleias Municipais. Primeiramente, questionou quanto à assiduidade da limpeza dos contentores que servem o concelho de Mira, e mais concretamente na Praia de Mira. Disse ter andado nas pistas ciclo pedonais, tanto no concelho de Mira, como nos concelhos vizinhos que se encontram a norte da pista do concelho de Mira, onde considerou que a pista do Concelho de Mira é de facto aquela que tem uma maior beleza natural associada, mas, no entanto, considerou que o seu estado é de degradação total. Pronunciou-se ainda acerca dos relatórios de satisfação que estariam disponíveis no sítio da Câmara Municipal, onde disse constarem lá sugestões, que considerou pertinentes e para serem levadas em conta. -----

-----O sr. Vereador da Câmara Dr. Miguel Grego tomou a palavra para dar resposta às questões anteriores, desde logo, às perguntas do deputado sr. Gabriel Pinho e, tendo-se referido à questão da recolha do lixo, disse que já tinha sido informado da situação exposta e que já tinham sido tomadas providências para que o circuito de recolha também contemple a nova instalação. Quanto à questão colocada sobre as despesas com o autocarro, explica que houve uma parceria entre a Câmara Municipal e a empresa



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Joalto. Além disso, explicou ainda que, o autocarro foi muitas vezes usado pela Filarmónica Ressurreição de Mira, evitando dessa forma que se tivesse que fazer outros alugueres, sendo que, aos cerca de cinco mil euros que custou o autocarro, se retirou o montante dos alugueres que eventualmente seriam feitos, caso não existisse este meio. Contas feitas, o aluguer do autocarro rondou os três mil euros.-----

-----O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego ainda em resposta às questões colocadas pelo sr deputado Gabriel Pinho, e acerca da Zona Industrial Pólo II e da Zona de habitação controlada da Videira Norte, explicou que muitas vezes as coisas estão fora do poder da Câmara. Deu como exemplo, o Pólo II onde o único pormenor que faltava no momento e depois de alterado o plano, depois do estudo de incidências ambientais, só faltava o registo na Conservatória.-----

----- Quanto às questões do sr deputado Dr. Paulo Grego, o sr vereador Dr. Miguel Grego disse que no que toca aos fogos florestais existem duas questões muito importantes, sendo que a primeira se deveu a uma rápida intervenção dos bombeiros devido aos meios disponíveis; foi possível criar uma equipa de intervenção permanente através dos ECIN'S dos ELAQU'S e criar um conjunto de bombeiros profissionais a tempo inteiro. Referiu ainda a intervenção dos meios de proximidade, e abordou ainda a existência de kits florestais fruto de candidaturas feitas pela Câmara Municipal e que estavam na Junta de Freguesia. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao “Sinergic” disse ser uma luta de há muito tempo, que passou por muitos executivos, e que é um daqueles desígnios municipais que o município abraçou, independente da cor partidária, e é um caso de sucesso no país.-----

----- Relativamente ao sr deputado Dr. Juan António, o sr vereador Dr. Miguel disse não lhe saber dizer exactamente quantas vezes seriam limpos os contentores, contudo poderia informá-lo, e mediante a ERSUC, que era cumprido o plano de desinfecção que estava previsto no contrato. Quanto à pista ciclo pedonal, disse não achar correcto comparar a pista com os vizinhos, pois a deles pode estar mais limpa, mas em termos de beleza não é comparável, dado que grande parte delas são urbanas, e não é esse o espírito de pista ciclo pedonal, tanto é que, aquando do “Polis” se adoptou como VEC (via ecológica clicável), o exemplo Mira. Considerou que, dizer que a pista ciclo pedonal apresenta degradação total, é exagerado. Quanto ao relatório de satisfação dos utentes, considerou ser um acto normal por todos os serviços municipais pois no âmbito da certificação dos serviços é uma condição *sine qua non*, fazer a avaliação de satisfação para avaliar se as medidas que são implantadas têm ou não sucesso. -----

-----Usou da palavra novamente o Sr. deputado Gabriel Pinho, questionando como era possível estar instalada na Zona Industrial Pólo II, uma empresa espanhola, se a Sr<sup>a</sup> Conservadora ainda não tinha procedido ao registo. Questionou se a empresa espanhola estava sem registo e só com autorização? -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O sr Presidente da Assembleia Municipal interveio aclarando que a explanação do sr Gabriel Pinho não foi de modo nenhum uma contestação, mas sim uma pergunta, ficando esta registada. -----

-----O sr deputado Carlos Milheirão interveio, começou por parabenizar a forma harmónica como decorreram os últimos quatro anos. Questionou o executivo quanto à abrangência do contrato com a empresa de limpezas que operou na Praia de Mira, e quanto este custou à Câmara Municipal. -----

----- O sr deputado Dr. Luís Filipe Cainé, usou da palavra, começando por falar acerca da ciclo-via, fazendo menção ao facto de esta ter vindo na revista *Visão*, onde, e após uma recolha a nível nacional, relatou que a pista é uma das mais extensas. Manifestou ainda, o seu agrado relativamente ao festival “*End of Summer*”, achou que a iniciativa foi muito boa, que se deve repetir. Relativamente às Festas de São Tomé disse ter gostado igualmente, achou que decorreram muito bem, e com assinalável sucesso, e frisou ainda o quão meritório foi, a rápida reposição do trânsito. Referiu-se ainda à final do torneio das Festas do São Tomé, onde estiveram presentes duas equipas de basquetebol adaptado, considerando assim que a iniciativa foi muito bem recebida. Por último e quanto ao autocarro panorâmico adjectivou-o como um foco de dinamização do verão 2009. -----

-----O sr deputado Prof. Luís Lourenço interveio, retomando assuntos já falados anteriormente, nomeadamente no que toca à pista ciclo pedonal, onde se referiu a ela como sendo uma mais valia, e dessa forma, considerou que a mesma requer



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manutenção, considerando que alguns troços estão num estado lastimoso, nomeadamente as pontes. Congratulou o esforço da animação da época balnear, onde pela frequência a avaliou como um aspecto positivo, e ainda congratulou a limpeza da mata na envolvente da pista e na envolvente da barrinha. Lamentou apenas, e no que toca às limpezas de algumas destas, que foram feitas em tempo inoportuno, onde recordou, o exemplo do Verão passado em que andava um destróador a fazer limpezas, considerando que é de todo desaconselhável, e considerando que é um aspecto a rever numa próxima época balnear. Relativamente à Zona Industrial e à Videira Norte, disse que o que mais condena é existir uma planificação errada das obras. Disse estarem lá infraestruturas a degradarem-se e que, quando chegarem a ser utilizadas, terão que ser feitas de novo. Disse ainda ser lamentável e portanto, chamou-o “desperdiçar dinheiro”. Referiu que o mesmo se passa com o Parque de Campismo, sendo que os bungallows, já estão há nove meses em estado de degradação, mesmo antes de estarem prontos. -----

-----Em relação ao “Pólo Educativo”, o Prof. Luís Lourenço, disse ter-se mostrado indignado ao saber que o mesmo é uma construção para 50 alunos, ou seja, duas salas de aula. Julga que isto não pode ser considerado de forma alguma, um pólo educativo, pois estes vão muito para além disso, tanto mais que, estes pólos educativos para terem, a “*chancela*” da DREC tem que ter no mínimo quatro salas de aulas, dizendo não lhe parecer ser o caso em concreto. Considerou que de facto, encerrar as Cavadas para concentrar na Lentisqueira, como já se encerrou, o Ramalheiro, os Leitões, o Arneiro, etc, disse fazer sentido, que é uma política de mais valia educativa em termos de





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promoção da equidade. Por último fez um apanhado dos oito anos que esteve como membro da Assembleia Municipal. -----

----- A sra deputada Maria Elzita Seixas, começou a sua intervenção proferindo algumas palavras de despedida, e de balanço, no que foi a sua participação na Assembleia Municipal. -----

-----De seguida interveio o sr Vereador Dr. Miguel Grego, que começou por responder à questão do sr deputado Gabriel Pinho, dizendo-lhe que aquilo que se passou relativamente à situação da empresa espanhola “Coryma”, foi que esta quis instalar-se com o registo existente, cumprindo com os parâmetros urbanísticos constantes no regulamento então em vigor e que, como ela, qualquer outra empresa se podia instalar nas mesmas condições. -----

-----Quanto à questão colocada pelo sr deputado Carlos Milheirão, respondeu-lhe dizendo que aquilo que era a abrangência à limpeza de ruas, no quadrado entre a avenida do mar, o parque de campismo, a avenida infante D. Henrique, a rua da praia até ao parque de campismo, a rua cidade de Viseu até à beira mar, todos os wc’s da Praia de Mira e a beira mar, incluindo a limpeza das papeleiras, tinha tido um custo de cerca de oito mil euros. -----

-----Relativamente ao exposto pelo sr deputado Filipe Cainé, o sr vereador Dr. Miguel Grego quanto à final do São Tomé, disse já ser a segunda vez que cá vieram as referidas equipas, e caracterizou “*arrepiente*” para quem viu jogar e para quem viu praticar aqueles jovens. Quanto ao São Tomé e ao “*End of Summer*”, disse partilhar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

integralmente com o deputado Filipe Cainé, e que reparos positivos também eram importantes. -----

-----No que toca às considerações tecidas pelo sr deputado Prof Luís Lourenço, o sr vereador Dr. Miguel Grego começou por agradecer o seu reconhecimento. Quanto às limpezas na barrinha, referiu que também ele acha que deviam ser feitas mais cedo, só que mesmo assim, disse temer serem acusados de estar sujo no final do verão. Dado que a vegetação cresce muito rapidamente, procuraram protelar, para que no período alto, a barrinha e arredores estejam o mais apresentável possível. Quanto às pontes da pista ciclo pedonal, disse ser uma questão urgente, e que estão sensíveis a essa questão, sendo portanto urgente remodelá-las e que já estão as devidas providencias em curso, só faltando mesmo chegar a madeira. -----

-----Quanto ao Parque de Campismo, o sr vereador Miguel explicou que este estava em obras, depois de ter estado parado durante um período de tempo, os bungalows estão em obras, portanto não os considerou em estado de degradação e sem utilização porque se encontravam em fase de conclusão. Depois, e relativamente ao que o sr deputado Prof. Luís Lourenço considerou como “*planificação errada*”, o sr vereador, considerou ser uma questão, e quanto à habitação social, disse não haver nenhum entrave a que se fizesse a obra, porque a providência cautelar surgiu à *posteriori*, portanto disse não conseguir perceber muito bem o porquê do Prof. Luis Lourenço se ter pronunciado acerca da “*planificação errada*”. Quanto à Zona Industrial, considerou ser uma



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussão mais alargada, mas que o que interessa seria o presente e o futuro da zona industrial e não o escamotear de uma planificação errada ou não.-----

-----Relativamente ao Pólo Educativo da Zona Sul, disse ter ficado estupefacto, pois o documento da carta educativa foi aprovado em Assembleia Municipal, assim como a tipologia do Pólo da Zona Sul, daí não perceber o porquê de três anos depois, suscitarem dúvidas. Reforçou, o facto de ter sido discutido em órgão da Assembleia Municipal, foi aprovado pelo mesmo, foi alvo de uma consulta pública proposta pelo executivo municipal e depois pela assembleia municipal, daí considerar ter havido tempo para as pessoas exprimirem aquilo que achavam e entendiam. Explicou que a DREC, deu um parecer favorável duas vezes, um parecer favorável ao projecto e à carta educativa, e deu parecer favorável para o financiamento. -----

----- O sr deputado Professor Luís Lourenço, no seu direito de resposta, e a propósito da parte da educação e da carta educativa, disse que o seu voto na altura em que foi aprovada em assembleia, foi favorável à carta educativa, como documento de base, dado que não havia nada, e dessa forma passou a haver um documento com alguma orientação. Mas também recordou perfeitamente, que chamou à atenção para um ponto que lá era focado em que a carta educativa, tal como estava concebida, não promovia, o que era exactamente a equidade.-----

----- O sr deputado Carlos Milheirão, interveio também, e no seu direito de resposta, dizendo que quando questionou quanto à abrangência do contrato também estava a incluir a data de início e a data termo desse contrato, pois há dez anos e meio que estava



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à frente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e nunca recebeu tantas reclamações relativamente à limpeza na praia – área de banhos – e aos parques, como recebeu neste ano, limpeza essa que não esteve ao encargo da Junta de Freguesia de Mira -----

-----O sr vereador Dr. Miguel Grego, responde ao sr Prof. Luís Lourenço, dizendo que gostou da sua interrogação, pois ele próprio não sabia qual a melhor orientação para a promoção da equidade, e ainda não sabe, até que ponto é que a equidade é promovida quando uma criança fica a dez minutos da escola e outra a uma hora e meia? Falou acerca do caso de Mortágua que é um caso sintomático, fechou todas as escolas, fez um pólo educativo e hoje passaram de dois autocarros para quatro autocarros para fazerem apenas quarenta e cinco a sessenta minutos de autocarro as crianças de mais longe. Até que ponto, isso promoveu a equidade, questionou o sr vereador Dr. Miguel Grego. Disse que o Concelho de Mira é diferente, se nós fossemos seguir a orientação de Mortágua, por exemplo, ficaríamos apenas, com dois ou três pólos a cumprir essa norma. Considerou que se iria deitar fora todo o investimento feito ao longo da última vintena ou quinzena de anos, em termos de jardins-de-infância e em termos de primeiros ciclos. Disse, concordar com o sr deputado Luís Lourenço, disse ser uma questão de filosofia, uma questão de política de orientação e considerou que se tem mantido equidade ao longo dos executivos que passaram. Deu o exemplo de quando se lutou acerrimamente pela escola da Lagoa para não encerrar, quando se lutou pela escola do Casal de S. Tomé – o anterior executivo – e não encerrou, e quando se lutou acerrimamente também no anterior executivo e depois no actual, pela escola da Barra Norte que depois veio a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter que se encerrar, e ainda lembrou quando lutou, o anterior executivo, por não encerrar a escola, dos Leitões. Disse lutar até onde fosse possível para manter as escolas com condições e depois dotar de boas condições físicas, as escolas que venham a ser para manter abertas, sendo certo que isto é uma questão de orientação, e o documento de enquadramento estratégico, que é a carta educativa, infelizmente não é tão macro quanto desejável, tendo mapas anexos que são a bíblia da DREC e do GEPE.-----

----- O sr deputado Fernando Alves, começou por se despedir do seu “serviço” como deputado na assembleia municipal, fez a sua apreciação dizendo que talvez não tenha sido um bom político, porque tendo passado duas vezes na oposição e duas vezes no lado do poder, o que aprendeu, ao longo dos doze anos, é que quem está no poder vota a favor, quem esta no contra-poder, vota contra. Disse que não viu as “pequenas coisas” serem feitas, sendo por vezes essas que fazem a diferença, e que podem contribuir para a imagem um “concelho pequeno”. Quanto à questão das escolas, referiu dois assuntos, sendo um deles, o facto de não haver espaço para estacionar as viaturas de transporte com crianças e o outro foi quanto ao facto de a escola do 2º ciclo e do 1º ciclo de Mira, serem cobertas por uma grande extensão de telhas de fibrocimento, vulgarmente chamadas de “telhas de lusalite”, tendo sido esse produto, há uns dois ou três anos, defendido como sendo cancerígeno. Dessa forma, questionou a Câmara Municipal de Mira, quanto ao que fazer acerca da referida cobertura. -----

-----O sr deputado Fernando Alves, e quanto ao assunto da “Gripe A”, disse não ter visto nada na Câmara Municipal, e que é preciso ter atenção para essa questão, sendo



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Câmara Municipal é um edifício público. Disse ter-se deslocado às instalações sanitárias Câmara e o que constatou foram condições menos próprias dos wc's, sugerindo que o próximo executivo faça novas instalações sanitárias com melhores condições. -----

-----O sr deputado Juan António colocou ainda, algumas questões. A primeira quanto ao desenvolvimento do prolongamento da marginal norte – questão da casa da Guarda-fiscal, o caso das obras feitas de infra-estruturamento de habitação da Videira Norte, e o arranjo do prolongamento da marginal a Sul, incluindo, a estrada do Lago do Mar -----.

-----Abordou ainda o caso do campismo selvagem, considerando que é desprestigiante para o Concelho de Mira, principalmente na zona do Lago do Mar, onde é mais visível esta prática. Referiu-se também acerca do estacionamento na mesma zona, que considerou um investimento que ainda não está completo, disse terem lá sido gastos cerca de trinta a quarenta mil euros, por isso considera de total conveniência acabar o investimento que foi iniciado. Deixou ainda uma pequena sugestão, aos quatro presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, quanto à utilização dos equipamentos, pois sendo estes por vezes escassos, disse achar ser exequível fazerem-se planos de investimento, em conjunto, independentemente da cor partidária de cada um, assim como também fazer trocas e escalas de material -----

----- A sr deputada Dr.<sup>a</sup> Cristina Jorge, interveio, começando por se despedir, disse ter tido um reinado curto, disse gostar de política e não de politiquices. Julga que Mira tem recursos humanos muito abundantes, que se pode fazer muito mais e melhor por Mira.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse achar que a Assembleia Municipal deve ser mais interventiva, deve questionar mais o executivo, e considerou também que, em vez de se aproveitar para dizer na Assembleia que há “*um buraco não sei onde*”, a “*lâmpada fundida*”, e desta forma perder tempo desnecessariamente, deveriam ser dadas essas informações por telefone ou directamente avisar na Câmara Municipal -----

----- Seguiu-se a sr deputada Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Baião, que iniciou o seu discurso fazendo as despedidas. Disse que apesar de todas as críticas, com algumas não podia deixar de concordar, mas apesar de a Assembleia Municipal não ser um órgão perfeito, disse ter gostado da experiência e que saiu mais enriquecida do que aquilo que entrou. -----

----- O sr deputado Luís Filipe Barreto, seguiu-se, usando da palavra, e na sequência do proferido pelo sr vereador Dr. Miguel Grego começou por questionar, relativamente ao Pólo II e da Habitação Social Videira Norte, e quanto aos investimentos que lá foram feitos em infra-estruturas, perguntou se tudo estava em boas condições de funcionamento, quanto é que iriam custar ao município para que fossem colocados novamente em perfeitas condições de funcionamento, assim como os alcatroamentos, os lancis, o parque de crianças, etc. Questionou também quanto ao dinheiro que foi lá gasto e para terminar a sua intervenção, quis felicitar a Câmara, no sentido da intervenção no “Moltalvo” e pela mesma ter aceite aquilo que eram as preocupações do Partido Social-Democrata. Nesse âmbito, perguntou quanto irá custar à Câmara Municipal requalificar todo aquele espaço. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminadas as intervenções, o sr Presidente da Assembleia Municipal, dá a palavra ao sr Vereador, que começa por responder á ultima intervenção, do sr Filipe Barreto. ---

-----O sr. Vereador Dr. Miguel Grego e relativamente ao Montalvo, disse que lá não houve nenhum tipo de intervenção, desde que o tribunal decretou que assim fosse. Explicou que havia sim, mas abusivamente, e desde o final do contrato, intervenção por parte da empresa, e a Câmara, dentro dos mecanismos legais, tinha obrigado a empresa a suspender e partir daí não houve mais nenhum tipo de intervenção. Portanto quanto ao Montalvo referiu que não foram aceites conselhos de ninguém, porque se assim o fizessem, estariam a fazer grandes ilegalidades.-----

-----Relativamente ao Pólo II, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deliberou, fazer um regulamento em que se previa a reversão dos lotes, o contrário do Pólo I, de exclusiva iniciativa do PSD, que não previa essa cláusula de reversão. Portanto, prevendo a reversão, aquilo que o actual executivo fez para não se andar numa questão judicial de longo tempo, foi transmitir aos candidatos que existia a possibilidade de reversão, ficando a Câmara com a possibilidade de atribuir os lotes a outros interessados, o que lhe parecia da mais elementar justiça.-----

-----Quanto ao deputado Fernando Alves, e no respeitante à questão do “*lusalite*”, disse que efectivamente há um plano de reconversão do parque escolar, que era posse da DREC e que passou para o Município. Explicou que aquilo que lhe é dito é que a “*lusalite*” não é problemática em termos cancerígenos enquanto estiver em bom estado. O problema é quando ela se parte e liberta pó, contudo e dado que foi feita uma obra há





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerca de cinco anos, em que houve uma reconversão de algumas das telhas, disse parecer-lhe que as coisas ficaram sanadas e o que está previsto é até finais de 2010, fazer a mudança das telhas. -----

----- Quanto ao areal da praia, e em resposta ao sr Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Carlos Milheirão, explicou que a responsabilidade da limpeza do areal é dos concessionários, a Câmara desde sempre prestou algum apoio e auxílio. Referiu ainda que muitas vezes, e devido à natureza, a limpeza ou não do areal, também depende do estado do mar, pois este rejeita alguns resíduos. O sr vereador referiu que se houveram queixas, certamente por algum motivo foi, e no que toca à Câmara Municipal, esta assumiu e assumirá as responsabilidades, e continuará a fazer o melhor que poder em parceria com quem de direito que são os concessionários. Quanto à questão da Gripe A, disse que infelizmente ou felizmente já houveram alguns casos de gripe no concelho, e que as coisas se passaram com a normalidade que tem que passar. Disse achar que as pessoas, individualmente, já estão bastante consciencializadas para com os comportamentos de risco e para as medidas preventivas individuais. Quanto à questão das instalações sanitárias novas, disse ter a certeza que os funcionários municipais e também os eleitos locais, estarão de acordo com a opinião do sr deputado Fernando Alves e que irão usar a sua intervenção para reivindicar junto do próximo executivo algumas casas de banho condignas, que estão no projecto de requalificação do edifício no âmbito do SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa) que só não avançou no actual ano, apesar de estar em orçamento, porque se passou da AMRIA para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. Explicou ainda, que continuam com o processo +MARIA, mas a candidatura à requalificação estrutural terá que avançar com a Comunidade Intermunicipal. Relativamente ao espaço para o estacionamento das viaturas, disse que, efectivamente estavam para retirar um ou dois lugares, mas aquilo que ficou de ser falado com o Comandante Municipal e também com o responsável da Protecção Civil do agrupamento, dado que a paragem actual é tão pequena, foi, reservar também para paragem a zona da porta de saída.-----

----- Quanto ao deputado Juan António, o vereador Miguel Grego respondeu, começando por falar em dois assuntos num só, pedindo para lhe permitirem alguma reserva de informação, e que depois, pessoalmente teria todo o gosto, em explicar o porquê, e falar-lhe-ia abertamente sobre o “prolongamento da marginal norte e casa da guarda fiscal”. Disse que um grande problema, que a fuga de informação, estava a provocar alguns atrasos substanciais, e que apenas por este motivo, lhe era difícil, abordar tal assunto. Pediu que compreendessem e que não era de forma nenhuma desrespeito para com a Assembleia. Disse poder dizer em primeira-mão que foi feito um acordo complementar para a requalificação da marginal norte, em que vão ser feitas mais algumas melhorias. Proferiu que esse acordo oportunamente irá ser exposto à câmara e disse ainda julgar que todos irão ficar bastante agradados. -----

----- Relativamente ao caso da Avenida a sul, considerou-o estranho e disse não saber como o abordar, porque este já cheirava a “mofo” e também a política, daí não saber se o devia abordar, se pela vertente política, se pela vertente técnica. Referiu que não foi



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito, e o sr deputado Juan António sabia, que falta aprovar o plano de urbanização da Vila da Praia de Mira, que contemplava a avenida. Referiu ainda que o sr deputado Juan António, era um dos conhecedores do caso, e que sabia quando é que tinha sido aprovado o plano de urbanização da Vila da Praia de Mira. Disse ser curioso que, quando surgiu um nome na praça pública, surgiu logo aliado os interesses especulativos aos terrenos onde iria passar a variante, ou talvez não. Considerou que os negócios desastrosos de há 18 e 20 anos, voltaram a pairar no ar. Posto isto, o sr vereador Miguel explicou que, não foi feita naquela altura, apesar de estar sempre em orçamento, era um compromisso do actual executivo, porque o plano não o permitia, e assim que o plano o permitiu e se avançou, curiosamente, lá apareceu o tal caso, do tal negócio, adjectivando-o como “ruinoso”, que iria inviabilizar em muitos aspectos o projecto -----

----- Quanto ao campismo selvagem, disse ter consciência da situação, que estavam a receber inúmeras queixas, disse também que contavam com a participação de quem opera no mercado privado contra a situação. Referiu o apelo feito à GNR para ajudarem a combater essa situação. Por último, disse não ter dúvidas que o campismo selvagem desprestigia a imagem de uma Praia de Mira de qualidade. -----

-----Eram cerca das 19:05 horas quando os trabalhos foram suspensos para intervalo, tendo sido reiniciados acerca das 17:35 horas. -----

**-----PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

**-----PONTO UM: “Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.**-----

-----Na ausência do sr Presidente da Câmara, o relatório foi apresentado pelo sr Vereador Dr. Miguel Grego. -----

-----Começou a sua intervenção, dizendo que não ia explanar o relatório pois considerava-o bastante explícito, disse saber que os senhores deputados da Assembleia Municipal se iriam concentrar sobre as taxas de execução, dado estar-se a metade do ano económico. Começou por se reportar à página seis, onde está explicado, o porquê de algumas das receitas não conseguidas, levaram ao acumular de algum endividamento bruto. Já na página onze, era apresentada a justificação para o ligeiro aumento do endividamento, reflectindo a não entrada de receitas relativas à cooperação técnica e financeira, o contrato de programa do parque de campismo e FEDER (do primeiro relvado e da correcção do estádio). Informou que entre o dia 28 de Agosto e o dia 2 de Setembro, entraram mais cerca de 600 mil euros oriundos (cerca de 206 mil do contrato de cooperação técnico-financeira, cerca de 300 mil do FEDER, do contrato programa, parque de campismo e cerca de 100 mil do contrato programa oriundo dos bungalows).

-----Seguiu-se o sr deputado Juan António, que disse existirem dois factores que tinham que se inverter, dizendo que é importante actuar ao nível das receitas, sendo essa de facto a grande lacuna. Disse não concordar com alguma das despesas, mas a grande inversão que devia ser feita devia ser ao nível das receitas. Disse continuar a ver que havia uma questão, relacionada com o campo de golfe, que de facto seria uma receita



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não via consagrada e gostaria de ver. Considerou as taxas de execução relativamente baixas. Sobre a questão do endividamento, disse não ver no relatório o valor exacto das facturas que foram cedidas para *factoring*. Disse já ter feito alusão, e achar importante saber em termos de endividamento qual o valor das facturas cedidas em *factoring* que não aparece na parte do endividamento e que era importante ter esse valor. -----

-----O sr Vereador Dr. Miguel Grego na sequência do proferido até à altura, explicou que as facturas em *factoring* estavam relevadas na dívida a curto prazo, não estando obviamente escamoteadas caso a caso, mas se os sr deputados da Assembleia Municipal assim o entendessem, poder-se-ia pedir aos serviços para que o fizessem. Quanto ao quadro das receitas correntes disse já ter sido feita uma pequena inversão, porque as receitas correntes eram ligeiramente superiores às despesas correntes. Disse também já neste caso estar-se a fazer caminho, pese embora um caminho feito devagarinho, mas que estava a começar a ser feito. -----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 1ª. Alteração ao Regulamento, Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Mira.** -----

-----O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio, começando por considerar que a proposta era bastante explícita e clara. Referiu apenas que a necessidade de alteração do regulamento de taxas deveu-se a alguns desajustamentos de taxas, que com a prática



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diária se consideraram desajustadas, e algumas omissões que ocorreram aquando a elaboração de um trabalho de fundo, como aquele que foi feito ao elaborar o regulamento. Disse terem-se feito a redução de algumas taxas, pela introdução de coeficiente de incentivo à actividade económica, e também a introdução de outras taxas que inicialmente não estavam previstas, e que ao longo da actividade diária do serviço de taxas e licenças, foi necessário introduzir. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade** -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

-----O sr deputado Dr. Raul de Almeida, no uso da palavra disse que a bancada do PSD votou favoravelmente, porque concordaram com os ajustamentos e com os incentivos ao comércio e ao desenvolvimento da economia. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea n), do n.º 2, do art.º 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugadas com a Lei nº.12-A/2008, de 27 de Fevereiro e D.L nº. 116/84, de 06 de Abril, na actual redacção, da 2ª. Alteração ao Mapa de Pessoal de 2009; --**

-----O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego explicou que quanto à alteração do mapa de pessoal foi essencialmente, e na grande maioria dos casos, devida à imposição legal, pois a legislação em vigor obrigou à provisão no quadro da Autarquia de alguns lugares para se poder continuar a usufruir desses serviços e também, devido ao caso das transferências de competências em matéria de educação dos Ministérios de Educação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as Autarquias. Explicou que algum do pessoal não docente, não viu as suas situações estarem devidamente acauteladas. Entretanto, no início do ano lectivo, aquando a apresentação de algumas situações, as pessoas que estavam com contrato a termo resolutivo, se verificou que elas não estavam salvaguardadas para o momento. A Associação Nacional de Municípios mediu uma reunião com vários intervenientes, nomeadamente com, o Ministério das Finanças, a Direcção Geral das Autarquias Locais e o Ministério da Educação, daí surgindo um bom entendimento, em que “obriga”, os municípios a criarem mecanismos iguais ao Ministério da Educação para resolver estas situações. As medidas tomadas pela Câmara Municipal, foram duas: elaborar um despacho provisório a renovar os contratos por determinado tempo, até que fosse provido o lugar no mapa de pessoal, e criar no mais curto espaço de tempo, esses mesmos lugares no mapa de pessoal. -----

-----Interveio o sr deputado Luís Filipe Barreto, e no seguimento do que tinha sido falado relativamente à primeira alteração do mapa de pessoal, na última ou penúltima Assembleia Municipal, disse recordar, relativamente à questão da educação, que outros municípios não tinham aceite a delegação de competências. Procurou também saber, quais os encargos financeiros para a Câmara Municipal, assim como também a urgência, do assunto numa, altura de pré-campanha eleitoral, quando esta alteração do quadro de pessoal, poderia ser resolvida futuramente pelo um próximo executivo. -----

-----Interveio o sr deputado Dr. Raul de Almeida e na mesma linha do seu colega de bancada e do proferido pelo sr Vereador Dr. Luís Miguel, disse que pela sua análise



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contava seis postos de trabalho para a educação, e contava mais sete ou oito postos de trabalho, que em nada estavam relacionados com a educação. Desses sete ou oito, contava um por imposição legal, “assistente técnico na área de topografia”. Disse compreender a questão da educação, mas disse ver que era só para um assistente técnico e cinco posto de trabalho por tempo indeterminado para assistente operacional na área de acção educativa. Quanto aos restantes, não viu urgência nem necessidade de o fazer, achando que se podia ter deixado para outras “núpcias”. Por último, acerca da criação de um posto de trabalho para chefe de divisão, questionou de que divisão se tratava. ----

-----Em resposta, o sr Vereador Miguel Grego disse que as alterações por imposição legal não acarretam encargos adicionais, porque, significa que estes postos de trabalho já existem, apenas se trata de passar de uma situação de contratos a termo resolutivo para termo indeterminado. Portanto, nesses casos, que são a generalidade, que não a totalidade dos casos, não há encargos adicionais. Relativamente à questão acerca da criação de um posto de trabalho para chefe de divisão, disse estar explícito no relatório ser para a Divisão de Ordenamento e Ambiente, e considerou ainda que a presente Assembleia é o melhor exemplo da necessidade urgente e premente de um chefe de uma divisão de ordenamento e ambiente, porque noventa por cento das perguntas colocadas no fórum, foram dedicadas à parte ambiental. Proferiu ainda que talvez, algumas das lacunas do Município e dos serviços nessa área estariam relacionadas com o facto de haver um chefe de divisão que acumula duas divisões. Relativamente ao hiato temporal em que as alterações estavam a ser feitas, disse que as coisas quando são feitas em





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consciência e quando são feitas com a total transparência, não há que ter medo das eventuais repercussões. -----

-----Disse ainda, que não se sentiria bem com a consciência, pelo facto de ter assinado um protocolo de transferência de competências, podendo com isso serem prejudicadas as pessoas que não foram “*tidas nem achadas*”, na transferência de competências, considerando que a situação é da mais elementar justiça para com as pessoas que foram transferidas. -----

-----O sr Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao factor “*hiato de tempo*” das decisões do executivo, disse, primeiramente que os órgãos eleitos tem legitimidade enquanto estiverem, pelo que em gestão, a Câmara Municipal estava em plena legitimidade e que não era por estar a um mês das eleições que deixaria de estar, considerando como tal, uma decapitação de legitimidade e de poder, que só países subdesenvolvidos exercem, não achando razoável as questões de temporalidade, feitas até ao momento. -----

-----Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com onze abstenções do PSD, e doze votos do PS e zero votos contra. -----

**-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----**

-----O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, no uso da palavra disse que a abstenção deveu-se ao facto de não lhes ter sido dito que despesa é que aumentaria e quais os valores, disse continuarem a achar que havia necessidade e urgência em o fazer em



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação aos postos de educação, mas quantos aos restantes, poderia ter sido feito *a posteriori*. -----

**-----PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos da alínea b), do n.º2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão às Opções do Plano do ano de 2009. -----**

-----Usou da palavra o Sr. Vereador Miguel Grego, dizendo que não teria nada a referir pois os documentos apresentados seriam bastante explícitos, e colocou-se à disposição para responder a eventuais questões acerca da 2.ª Revisão Orçamental. -----

-----Interveio o sr. Deputado Juan António, questionando o executivo, acerca do proferido pelo sr vereador, quanto ao “aumento das receitas em relação às despesas”. Considerou haver alguns erros nos respectivos documentos, justificando-os talvez devido à falta de apetência ou alguma distração na gestão. Disse ter ficado um bocado triste ao ver duas questões, primeiro numa convocatória para uma reunião de câmara aparecia, uma autorização para um *factoring* de três mil euros, onde considerou que, se o devedor não tivesse uma conta corrente não fazia muito sentido fazer uma cessão de uma factura de três mil euros de uma Câmara Municipal para um *factoring*, considerando que o custo que está adjacente é um erro de má gestão. Em segundo, disse ter ficado ainda mais surpreendido, e ao analisar a página cinco, relativamente à construção do parque de campismo, aparecem discriminados um orçamento de juros de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mora, de trinta e um mil euros, à custa de atraso por pagamento ao empreiteiro, considerando essa situação de má gestão de tesouraria.-----

-----Em resposta, o Sr. Vereador disse, relativamente ao *factoring*, que são as empresas que assim o pretendem e a Câmara Municipal não pode dizer que não. -----

-----Quanto à questão do parque de campismo, disse ter propositadamente referido que teriam entrado verbas em atraso de 260 mil euros, provenientes de um contrato programa, assinado há três anos e meio. Que a situação se atrasou, devido à falta de cumprimento da DGAL no tocante à disponibilização das verbas; que tendo em conta as promessas de tutela, por três a Câmara Municipal se comprometeu com o empreiteiro e por três vezes falhou, e à terceira vez, o empreiteiro debitou os juros de mora. Disse não servir de nenhum tipo de desculpa, finalmente já tinham pago, e realçou ainda, que o facto da situação aparecer explícita no relatório só demonstra transparência e lisura no processo.-----

-----Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com nove abstenções do PSD, e treze votos a favor do PS e um voto contra do sr deputado Gabriel Pinho. -----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do n.º 3, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no D.L n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo D.L. 46/2009, de 20 de Setembro, da correcção da carta da Reserva Agrícola Nacional do Plano Director Municipal.**-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, explicando que o assunto em causa seria ânsia de muitas pessoas, pois no Concelho de Mira há uma mancha grande de território na qual a Câmara Municipal não tem jurisdições, porque existem vários tipos de poderes, sendo um deles, a famosa Reserva Agrícola. Esta, da forma como foi delimitada, contém incongruências com os instrumentos do ordenamento do território em uso no Município de Mira. Explicou que os instrumentos do ordenamento do território em uso no Município de Mira, fruto do investimento na informação cadastral, são muito mais rigorosos do que a delimitação feita em carta militar feita à escala de 1:25000. Fruto da nova legislação em vigor, disse ter sido possível fazer uma coincidência ou uma redefinição da mancha da reserva agrícola, resolvendo alguma das incongruências existentes. -----

-----O Sr Vereador Dr. Miguel, passou a palavra ao Dr. Ângelo Lopes, para que este procedesse a uma explicação mais pormenorizada e para que dissesse o que foi alterado.

-----O Dr. Ângelo fez uma explanação detalhada do assunto em questão, tendo dito que, feita a sobreposição da carta da RAN com a carta de ordenamento do PDM de Mira, tinham sido identificadas um conjunto de manchas onde as classificações de uso do solo eram distintas e incompatíveis, o que provocava situações de injustiça para com os cidadãos, além de que dificultava também todo o trabalho de gestão urbanística do município. Mais disse que a carta de ordenamento do PDM classifica áreas como solos destinados a construção (fora da área das servidões na mesma planta – Espaço de Salvaguarda Estrita (ESE), mas que na planta da RAN, à escala 1/25000, se encontram



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como Área de Reserva Agrícola. Realçou ainda que tinham sido aprovados dois planos de urbanização, o da Vila de Mira e o Vila da Praia de Mira, não tendo, contudo, sido reflectidas na carta da RAN as alterações aprovadas. A concluir, disse também que a iniciativa proposta não tinha em vista qualquer aumento de área urbana em detrimento da Reserva Agrícola Nacional, mas sim a resolução de um problema material e incongruência cartográfica, que tem criado aos munícipes problemas na resolução das suas aspirações efectivas, preconizadas no PDM e ao município a impossibilidade de efectuar uma gestão urbanística eficaz e baseada na carta de ordenamento do PDM de Mira. -----

-----O Sr. Deputado Juan António interveio, começando por agradecer ao Dr. Ângelo pela explicação dada. Questionou, e no seguimento do proferido na explicação, aquando das transacções, quando as pessoas comprem na boa fé determinado terreno, rústico ou urbano, que implicações podem ocorrer, e ainda se existiam situações de munícipes prejudicados. -----

----- Em resposta ao sr deputado Dr. Juan António, o sr vereador Dr. Miguel Grego começou por aconselhar, caso se proceda a uma transacção e existam dúvidas, que se faça um pedido de informação prévia (PIP). Este terá uma validade de um ano, e vincula o próprio organismo à informação que deu. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**-----PONTO SEIS: Fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); Derrama; participação em IRS e Taxa Municipal de Direito de Passagem (Lei nº. 5/2004, de 10 de Fevereiro).-----**

-----Usou da palavra o sr. Vereador Dr. Miguel Grego para dizer que, eventualmente, já iria entrar em vigor o novo zonamento aprovado, possibilitando, na grande generalidade dos casos, uma abaixamento acentuado do imposto a pagar, tendo sido decidido manter as taxas em vigor. -----

----- O deputado Dr. Raul Almeida disse que aquela era uma questão que já tinha dado bastante polémica e que tanto prejuízo tinha dado aos munícipes, pelo que sendo obrigatória a comunicação ao Ministério das Finanças até 30 de Novembro das taxas a aplicar, não via a necessidade do assunto ser tratado numa altura daquelas, em final de mandato. Por outro lado, disse que a taxa proposta continuaria a prejudicar e muito os munícipes e apenas depois de estarem dissipadas algumas questões latentes, designadamente a data de entrada em vigor dos novos coeficientes de localização e também da sua retroactividade, se estaria em condições de aprovar as taxas. -----

-----Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo que se reportou à entrevista dada no Sábado anterior pelo sr. Primeiro-Ministro, em que o mesmo tinha afirmado que o IMI tinha baixado, do mesmo passo que a Profª. Manuela Ferreira Leite tinha dito que ao ter sido criado aquele imposto estava também previsto que o sistema fosse objecto de renovação ao fim de três anos; que o sistema estava aprovado para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vigorar em todo o país desde Março de 2008, era suposto a CNAPU ter reunido no mês de Abril seguinte e o que restava era que não iria entrar em vigor, pelo que o imposto não iria baixar. Para além disso, lembrou a grande diferença existente entre os coeficientes de zonamento, designadamente na Praia de Mira, pelo que seria mais correcto baixar o IMI para todos os Municípios e não apenas para uma pequena fatia, indo, de resto, ao encontro das palavras do sr. Primeiro-Ministro. -----

----- O deputado Dr. Juan António reportou-se à não aplicação de derramas sobre o rendimento das empresas, denotando uma preocupação social relevante por parte da Câmara Municipal e quanto ao IMI disse que continuava a defender que deveria ser tomada em atenção a taxa de 0,4% do CIMI que deveria ser reduzida. -----

-----O sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que não ira ali alimentar uma discussão que à partida sabia que seria estéril, apenas pretendia reportar-se ao facto de ter sido ali dito que existia desigualdade de tratamento dos municípios, fruto do zonamento aprovado, perguntando de quem era a responsabilidade da elaboração desse mesmo zonamento, não sendo a mesma, seguramente, de nenhum técnico da Câmara Municipal, embora o possa ter feito conscientemente e com a melhor das intenções, pelo que não devia ali ser assacada a responsabilidade à Câmara Municipal, até porque tinha sido da iniciativa desta a criação de uma comissão para ser estudada a hipótese de alteração do zonamento, tendo sido feita junto da CNAPU toda a pressão possível para aprovação e pedido de esclarecimentos por escrito; que, certamente a desigualdade existia, era lamentável, mas a responsabilidade não podia ser assacada à Câmara Municipal. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O sr. Engº. Virgílio Cravo Roxo interveio e disse que o zonamento em vigor permitia desigualdades mas que também não havia maneira de poder ser de forma diferente com os instrumentos que estavam na altura ao dispor.-----

-----Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido aprovado por maioria com oito votos contra, quatro abstenções e onze votos a favor. -----

-----**Declarações de voto:** -----

-----O deputado Dr. Raul Almeida declarou que o voto contra da bancada do PSD tinha a ver com a tempestividade da apresentação da proposta, achando que a mesma deveria ser feita noutra altura, dada a sensibilidade do assunto e pelas razões invocadas anteriormente em outras sessões, por não concordarem com a fixação das taxas propostas, tendo em conta que o zonamento não estava bem feito, pelo que os munícipes não deviam ser tributados partindo de um pressuposto errado. -----

-----O sr. deputado Carlos Milheiro declarou que se tinha absterido porque tinha tido igual postura aquando da discussão dos critérios de zonamento, mantendo por isso, a sua posição. -----

----- O sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo declarou que a sua abstenção se prendia com o facto de ter sido ele o autor do zonamento. -----

-----Concluída a ordem de trabalhos da sessão, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi declarado aberto um espaço para que todas as bancadas se pudessem pronunciar à cerca do mandato que estava a chegar ao fim. Pelos representantes das bancadas foi aproveitado o momento para serem endereçados cumprimentos a todo o





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo e também à Mesa da Assembleia, assim como a todos os elementos que compuseram o órgão cessante. De uma forma genérica, por todos foi feita uma retrospectiva e foi deixado um testemunho no sentido de que tinha sido uma experiência enriquecedora, tinham sido quatro anos de trabalho responsável, tendo sido deixado também um agradecimento a todos quantos tinham trabalhado directa ou indirectamente com a Assembleia Municipal e manifestado um desejo no sentido de que todos os que viessem a integrar o novo órgão continuassem a trabalhar no sentido do desenvolvimento do concelho de Mira. -----

----De seguida, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

**----Intervenção de munícipes:-----**

----Registou-se a intervenção do munícipe sr. João Manuel de Jesus Milheiro, residente na Praia de Mira para alertar para a localização do novo parque infantil da Praia de Mira, instalado junto ao posto de abastecimento de combustíveis daquela localidade, o que, para si, era uma coisa surrealista, facto para o qual já tinha alertado a Câmara Municipal, assim como a ASAE. -----

----Reportou-se, depois a duas petições por si dirigidas ao sr. Presidente da Mesa da Assembleia, sendo que uma delas era de cariz colectivo, contendo expressas inúmeras assinaturas de munícipes, cerca de setenta e duas, no sentido de que os problemas por si apresentados pudessem ser inseridos para debate no período de “antes da ordem do dia”



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de uma sessão do Órgão Deliberativo, lamentando que tal não tivesse acontecido, nem lhe tivesse sido dada resposta, volvido que tinha sido cerca de um ano.-----

-----Por último, disse que tinha feito a compilação de todas as intervenções efectuadas pelo sr. deputado Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, naquele órgão e pretendia revelar que o mesmo não tinha de forma alguma defendido os interesses dos seus fregueses, porquanto não tinha dado cumprimento aos compromissos assumidos e constantes do respectivo programa eleitoral, tais como, o cinema da Praia de Mira, a piscina, as novas instalações para o centro de dia, etc. -----

-----Seguiu-se, ainda, a intervenção da munícipe, Prof<sup>ª</sup>. Zulmira Castelhana que expressou o seu lamento pelo facto de ter sido expropriada de terrenos necessários à construção da 1<sup>a</sup>. fase da Variante de Mira, dos quais, até à data, ainda não tinha recebido o devido pagamento, estando a situação ao Tribunal. Do mesmo modo, queixou-se da expropriação de um outro terreno destinado à construção do novo armazém da Câmara Municipal, cujas instalações tinham já sido inauguradas sem ter recebido também qualquer indemnização. -----

-----O sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento aos munícipes que as suas intervenções não estavam sujeitas a discussão, todavia, as suas reflexões ficavam registadas e seriam transmitidas ao Executivo Municipal.-----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e trinta minutos da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_